

# O PANORAMA DO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO NO BRASIL

Principais descobertas e recomendações



# Agradecimentos

Esta nota resume as principais conclusões do trabalho analítico sobre financiamento filantrópico e AOD (Ajuda Oficial ao Desenvolvimento) disponíveis para iniciativas relacionadas ao clima no Brasil entre 2019 e 2023. O estudo foi realizado pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS) e pelo GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), com apoio da ClimateWorks Foundation.

O estudo baseia-se nas melhores informações disponíveis em bancos de dados internacionais e em fontes públicas, fornecendo uma visão consolidada das contribuições não reembolsáveis (baseadas em doações) para a ação climática no Brasil. Ele não inclui empréstimos concessionais ou não concessionais, investimentos acionários, gastos domésticos do governo ou investimentos do setor privado e, portanto, não representa todo o escopo do financiamento climático no país. Além disso, os dados sobre a filantropia brasileira permanecem parciais devido à ausência de mecanismos padronizados de reporte.

Devido à defasagem dos dados, a análise abrange o período até ao final de 2023 e não reflete os investimentos mais recentes na cooperação internacional e nos fluxos domésticos de financiamento. As conclusões devem, portanto, ser interpretadas como um retrato das tendências observadas ao longo deste período.

Este estudo é o resultado da colaboração de muitos indivíduos e instituições. Expressamos nossa gratidão a todos que contribuíram com seu tempo, expertise e percepções.

## LIDERANÇAS INSTITUCIONAIS

**Instituto Clima e Sociedade (iCS):** Maria Netto Schneider, Barbara Brakarz, João Pedro Rocha, Lucca Rizzo, Maria Vitória Cândido, Martina Rillo Otero, Roberto Kishinami, Thais Ferraz.

**Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE):** Cassio França, Gustavo Bernardino, Pedro Bocca

## REVISORES E COLABORADORES

**Instituto Clima e Sociedade (iCS):** Maria Netto Schneider, Beatriz Pidone, Deborah Cardoso, Frederico Machado, Gabriela Furtado, João Pedro Cavalcanti, Maíra Borges, Maria Vitória Cândido, Marisa Bastos, Victoria Santos, Walter de Simoni.

**Fundação ClimateWorks:** Kerem Yilmaz, Karolina Janik, Casey Cronin, Hannah Roeyer, Tim Lau, Narine Esmaeili.

**Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE):** Patricia Kunrath.

## ANÁLISE DE DADOS, PESQUISA E REDAÇÃO DO RELATÓRIO

**Indufor:** Priscilla Santos (coordination), Sam Allnutt, Michael Owen

## TRADUÇÃO

**Instituto Clima e Sociedade (iCS):** Gabriela Furtado, João Pedro Rocha

## ESPECIALISTAS ENTREVISTADOS

Agradecemos aos especialistas que compartilharam seus conhecimentos e perspectivas por meio de entrevistas: Alice Amorim – Ministry of the Environment and Climate Change (MMA), André Degenszajn – Instituto Ibirapitanga, André Guimarães – Amazon Environmental Research Institute (IPAM), André Luis Ferreira – Energy and Environment Institute (IEMA), Aurélio Vianna – International Land and Tenure Facility, Beatriz Calmon – Talanoa Institute, Clarisse Linke – Institute of Transport and Development Policy (ITDP), Cristina Orpheu – Fundo Casa Socioambiental, Henrique Frota – Brazilian Association of NGOs (ABONG), Jonathas Azevedo – Rede Comuá, Jorge Arbache – Independent consultant, Leonardo Lacerda – Independent consultant, Marcel Martin – International Council on Clean Transportation (ICCT), Marcelo Furtado – Itaúsa, Marcio Astrini – Observatório do Clima, Mauricio Bauer – Gordon & Betty Moore Foundation, Maurício Bianco – Conservation International Brasil, Nathiele Mendes – Conexsus, Sergio Leitão – Instituto Escolhas.

---

## AVISO LEGAL

Esta nota constitui um esboço de um relatório que está sendo desenvolvido pelo iCS e pelo GIFE, apoiado pela ClimateWorks Foundation. O relatório contou com coleta e análise de dados realizada pela consultoria Indufor, abrangendo o período de 2019 a 2023.



---

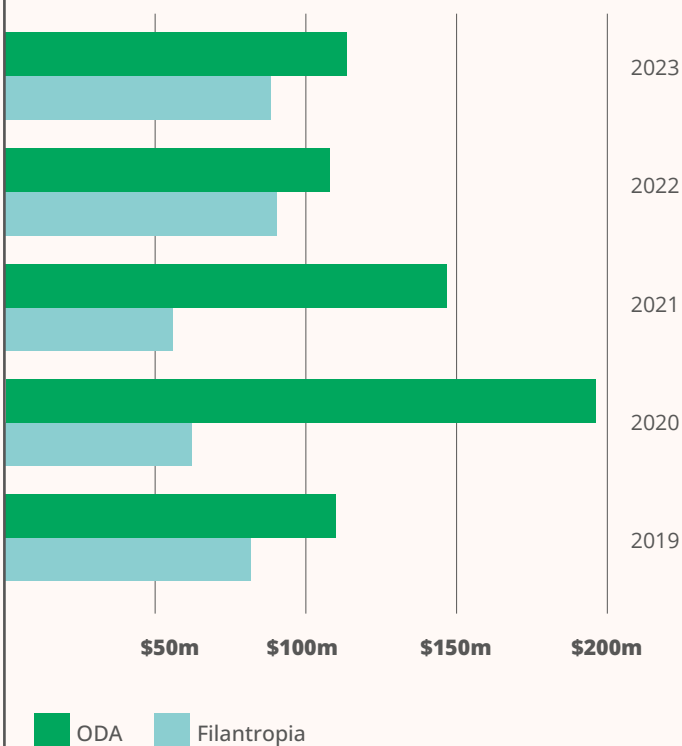
## Copyright © 2025 iCS

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida em qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou físico, incluindo, entre outros, fotocópia, gravação ou qualquer outro método

# PRINCIPAIS DESCOBERTAS

## Visão geral do relatório

Financiamento de Mitigação Climática  
para o Brasil por Fonte, 2019–2023 (em USD)



A nota tem como objetivo informar as filantropias internacionais e brasileiras, particularmente as que ainda não estão profundamente engajadas na agenda climática no Brasil. Embora também seja relevante para financiadores já mobilizados, nosso objetivo é tornar o ecossistema de financiamento mais acessível a novos participantes, demonstrando como financiadores de diversas áreas temáticas podem alinhar suas prioridades à ação climática.

**O Brasil está no centro do desafio e da oportunidade climática global.** O país está entre os cinco maiores emissores do mundo quando se inclui a mudança no uso da terra, mas ao mesmo tempo detém um potencial excepcional para liderar soluções climáticas – com um potencial de mitigação de emissões estimado de 500–800 MtCO<sub>2</sub>e por ano em soluções baseadas na natureza, a maior participação de energias renováveis no G20 (84% da energia em 2024) e reservas estratégicas de níquel, grafite, lítio e nióbio que ancoram as cadeias de suprimentos de tecnologia limpa. O país também enfrenta riscos climáticos agudos que exigem adaptação urgente, com recentes inundações, incêndios e secas que interrompem os meios de subsistência, sobrecarregam a matriz hidrelétrica e afetam desproporcionalmente as comunidades rurais, de baixa renda e indígenas. A Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) atualizada do Brasil e seu Plano Nacional de Adaptação estabelecem uma direção clara para a redução de emissões e o fortalecimento da resiliência, mas a implementação dependerá do fortalecimento das condições habilitadoras: capacidade institucional, pesquisa e marcos de políticas que destravem maiores investimentos públicos e privados.

Esta nota apresenta as principais descobertas da primeira análise abrangente sobre o financiamento climático baseado em doações (não reembolsável) para o Brasil até o final de 2023, integrando filantropia e AOD baseada em doações, com foco em desembolsos efetivos e não em compromissos anunciados. O estudo quantifica, pela primeira vez, como os recursos fluem para cada bioma brasileiro (Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal, Pampa) além dos sistemas costeiros e marinhos, revelando onde o financiamento está concentrado e onde persistem lacunas significativas. Também oferece o retrato mais detalhado até o momento dos setores e subsetores que recebem apoio, abrangendo desde uso da terra e florestas até agricultura, energia, transporte, indústria, cidades, adaptação e resiliência, governança e arcabouço legal, pesquisa e dados, e engajamento público, além de apontar quais áreas permanecem despriorizadas pelas atuais doações. Ao final, também compartilhamos um conjunto de recomendações para que as filantropias climáticas atuem de forma mais estratégica no Brasil.

# ANÁLISE E DESCOBERTAS

US\$  
208

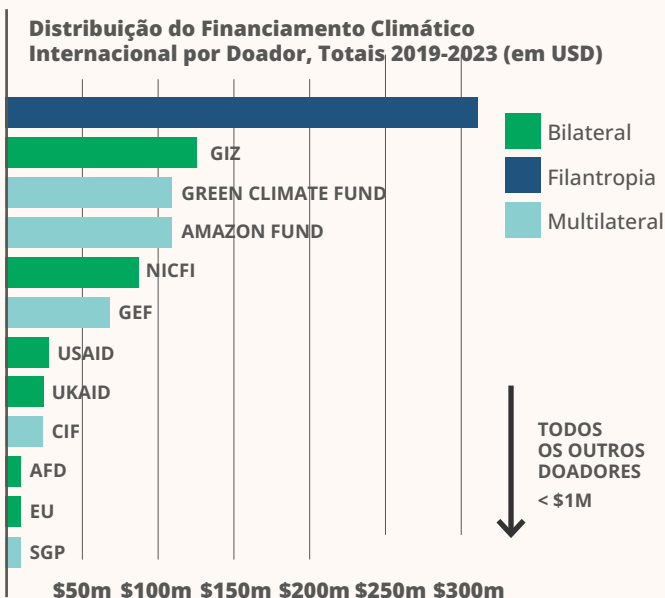
MILHÕES É O VALOR DO FINANCIAMENTO MÉDIO ANUAL PARA MITIGAÇÃO CLIMÁTICA NO BRASIL

O financiamento climático total destinado ao Brasil tem se mantido estável desde 2019. O financiamento climático por meio de AOD (Ajuda Oficial ao Desenvolvimento) tem apresentado uma tendência de queda desde 2020, refletindo a paralisação do Fundo Amazônia entre 2019 e 2022 e um contexto global de restrição na ajuda internacional. A filantropia cresceu e ajudou a sustentar o fluxo de recursos, alcançando, nos últimos anos, escala comparável à das doações de AOD. Embora a reativação do Fundo Amazônia em 2023 possa reabrir alguns canais de financiamento, é improvável que a AOD volte aos níveis anteriores - o que implica uma dependência crescente da filantropia e um papel ampliado para o financiamento filantrópico.

75%

DO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO DE MITIGAÇÃO PARA O BRASIL ADVÉM DE 10 DOADORES

O financiamento é altamente concentrado em um pequeno grupo de doadores, o que aumenta a vulnerabilidade diante de mudanças de estratégia. Os principais financiadores bilaterais são a Iniciativa Internacional para o Clima (IKI), da Alemanha, e a NICFI (Iniciativa Internacional de Clima e Florestas), da Noruega. Entre os multilaterais, o Fundo Verde para o Clima (GCF) e o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) contribuíram com dezenas de milhões de dólares. Um pequeno número de filantropias internacionais também desembolsou uma parcela significativa de recursos, especialmente as que têm programas focados na Amazônia. Essa concentração aumenta a volatilidade, já que mudanças de prioridade por parte de qualquer grande ator podem afetar significativamente o fluxo de recursos.



1.5%

DO FINANCIAMENTO DE MITIGAÇÃO É DESTINADO PARA APOIO INSTITUCIONAL (CORE/ UNALLOCATED SUPPORT)

A filantropia lidera o apoio às condições habilitadoras da ação climática, como políticas, instituições, regulamentações, infraestrutura e capacidades. Ainda assim, os recursos permanecem limitados — especialmente para o financiamento institucional. O investimento médio anual destinado a esse conjunto é de cerca de US\$ 21 milhões, dos quais dois terços vêm da filantropia. Entre os subsetores, o engajamento público concentra a maior parcela dos recursos, seguido por governança e arcabouço legal, e finanças sustentáveis.

46%

DAS FILANTROPIAS BRASILEIRAS PASSARAM A APOIAR INICIATIVAS CLIMÁTICAS

A filantropia doméstica está se expandindo e complementa o financiamento internacional na agenda climática - mas está subrepresentada nos dados disponíveis. Como os dados do fluxo de financiamento existem apenas para filantropia internacional, a maioria das doações filantrópicas brasileiras não está incluída em nossos números primários. No entanto, insights qualitativos indicam que os financiadores brasileiros estão cada vez mais ativos na agenda climática - apesar das restrições regulatórias que desincentivam a filantropia ambiental no Brasil. As filantropias brasileiras são particularmente ativas no engajamento público, adaptação e justiça climática, oferecendo proximidade e laços comunitários que complementam a ênfase da filantropia internacional na agenda de florestas e conservação em larga escala.

11%

DO FINANCIAMENTO PARA MITIGAÇÃO CLIMÁTICA É DESTINADO PARA ENERGIA SUSTENTÁVEL (US\$ 21 MILHÕES POR ANO)

A AOD fornece a maior parte desse apoio e a energia sustentável é subfinanciada nos portfólios filantrópicos em comparação aos seus desafios na transição. Isso porque o setor elétrico brasileiro encontra-se em sua "última milha" na descarbonização, com as usinas renováveis representando 90% da capacidade de energia gerada e 85% da capacidade instalada (2024). Neste quadro, a segurança energética é um desafio porque 54% dessa matriz elétrica está em hidroelétricas, sujeitas a impactos climáticos. É urgente a reforma desse setor - modelos de operação e comercial - para a incorporação eficiente de tecnologias como as baterias e digitalização. A descarbonização do transporte, de cargas e passageiros, por sua vez, ainda espera um plano nacional que alinhe infraestrutura, operação integrada intermodal, financiamento, incentivos e subsídios eficientes para ampliar a eletrificação e os biocombustíveis sustentáveis, eliminando gradualmente (phasing down) os combustíveis fósseis nas próximas décadas.

**80%** DO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO VINCULADO GEOGRAFICAMENTE É DESTINADO PARA A REGIÃO AMAZÔNICA

**As alocações em nível de bioma são fortemente direcionadas para a Amazônia, deixando outras regiões e áreas urbanas subfinanciadas, particularmente por meio da filantropia internacional.**

Enquanto a Amazônia atrai a atenção global, com razão, os biomas Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa são subpriorizados em relação à sua importância e riscos climáticos. Mesmo na Amazônia, os setores essenciais para uma transição durável permanecem com recursos notavelmente insuficientes – como insumos para a sociobioeconomia, distribuição de energia limpa, indústria e transporte.

**76%** DO FINANCIAMENTO PARA MITIGAÇÃO CLIMÁTICA É ALOCADO NO USO DA TERRA (US\$ 158 MILHÕES POR ANO)

**As alocações setoriais do financiamento climático refletem o perfil de emissões do Brasil, fortemente vinculado ao uso da terra.**

Dentro do uso da terra, as florestas concentram 82% do portfólio de doações, enquanto alimentos e agricultura recebem 18% - apesar de as emissões agrícolas diretas representarem 27% da pegada do Brasil. Há uma necessidade de ampliar os investimentos em cadeias de sociobioeconomia, sistemas agroflorestais e direitos fundiários de povos indígenas e comunidades locais, iniciativas que reduzem emissões agrícolas e geram co-benefícios à biodiversidade, melhoria de vida e resiliência.

**US\$ <50,000**

**É A MÉDIA ANUAL DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO RECEBIDO POR BENEFICIÁRIO**

**O ecossistema de beneficiários do clima no Brasil é amplo e vibrante – mas subfinanciado e com claro potencial para absorver mais recursos.**

Uma pequena maioria dos dólares filantrópicos (61%) apoia organizações sediadas no Brasil, enquanto o restante destina-se a organizações internacionais (principalmente europeias ou sediadas nos EUA). Dos 548 beneficiários identificados, dois terços recebem, em média, menos de US\$ 50.000 por ano. Esses dados também indicam que os recursos existentes estão distribuídos por uma ampla gama de organizações, garantindo a participação diversificada da sociedade civil climática no Brasil. Essa amplitude é um ponto forte, mas carece de mais estrutura para resultados mais expressivos - com mais recursos, as organizações brasileiras poderiam fortalecer sua sustentabilidade, alcance e impacto.

## Metodologia e Limitações

As principais conclusões deste material oferecem a avaliação mais abrangente possível, com base nos dados disponíveis, sobre o financiamento internacional por meio de doações para a ação climática no Brasil. Neste documento, usamos o termo “financiamento climático” para nos referirmos especificamente às contribuições não reembolsáveis (doações) de financiadores filantrópicos e de órgãos bilaterais e multilaterais. Para garantir uma comparação adequada com o financiamento filantrópico, excluímos outros instrumentos financeiros, como empréstimos concessionais e não concessionais, bem como investimentos acionários. Todos os números refletem o financiamento para a mitigação climática, salvo quando explicitamente indicado como financiamento para a adaptação climática.<sup>[1]</sup>

Os dados foram coletados, padronizados e agregados a partir de três fontes primárias:

- Dados sobre financiamento filantrópico internacional coletados e analisados pela ClimateWorks Foundation.
- AOD bilateral e multilateral, coletada a partir do Sistema de Relatórios de Credores (CRS) do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE e da International Aid Transparency Initiative (IATI)
- Dados relativos à doação de mecanismos multilaterais selecionados – Fundo Verde para o Clima (GCF), Fundo Amazônia, Fundos de Investimento Climático (CIF) e Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) – foram extraídos diretamente de bases de dados públicas de projetos.

As descobertas do relatório não constituem uma análise abrangente de todo o financiamento climático no Brasil, nem buscam quantificar lacunas ou metas de investimento para atender às metas climáticas do país. Notavelmente, os números do relatório não refletem várias fontes importantes de financiamento climático mais amplo no Brasil, como gastos internos do governo, tanto a nível nacional quanto subnacional, empréstimos e investimentos acionários, bem como investimentos corporativos internos destinados à redução de emissões. Devido a atrasos nos relatórios, os dados aqui apresentados não capturam as tendências de 2024 e 2025, períodos marcados por turbulência - incluindo o encerramento da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e um enrijecimento mais amplo da ajuda internacional.<sup>[2]</sup>

Foram realizados amplos esforços para evitar a dupla contagem de subsídios em todas as fontes de dados, incluindo o referenciamento cruzado entre informações de doadores e repassadores e a exclusão de fluxos destinados a fundos multilaterais de clima, para evitar duplicação nos registros. Isso resulta em um conjunto de dados de quase 3.300 doações únicas relacionadas ao clima, todas convertidas em USD e ajustadas pela inflação para valores de 2023. A classificação qualitativa (por tema, bioma, tipo de beneficiário etc.) foi realizada pela consultoria Indufor, combinando processos automatizados e revisões humanas, com checagem manual de todas as entradas durante a fase de controle de informação. Em todas as fontes, as alocações de financiamento por ano refletem pagamentos ou desembolsos no respectivo ano (e não compromissos ou doações plurianuais distribuídos ao longo de todo o período de vigência). As categorias utilizadas nas análises são padronizadas com a base de dados mantida pela ClimateWorks Foundation.

[1] O conjunto de dados de doações filantrópicas utilizado nesta análise abrange apenas atividades de mitigação climática. A ClimateWorks Foundation está atualmente preparando dados adicionais sobre o financiamento da adaptação climática.  
[2] Ver, por exemplo, OECD. 2025 Cortes na assistência oficial ao desenvolvimento – projeções da OCDE para 2025 e curto prazo.



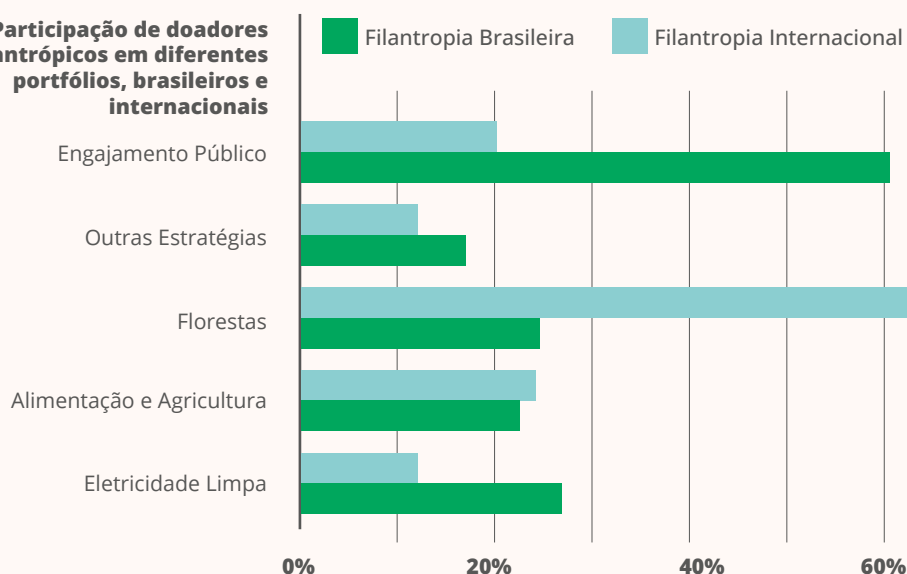
# REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA FILANTROPIA BRASILEIRA

**A pesquisa revela que as filantropias brasileiras apresentam um perfil distinto em relação a seus pares internacionais.** Os

financiadores nacionais destacam-se por suas fortes raízes comunitárias e concentram-se em criar condições para a ação local. Embora apenas 25% incluam florestas em seus portfólios climáticos, em comparação com 65% dos financiadores internacionais, as instituições brasileiras são mais propensas a priorizar temas como justiça climática, economia circular, gestão de resíduos e de água.

Além disso, 45% das filantropias brasileiras apoiam iniciativas de engajamento público, em comparação com apenas 20% no cenário internacional, o que reflete um compromisso distinto com a mobilização de base, a construção de confiança e a governança participativa. A adaptação e a resiliência também emergiram como principais prioridades entre os financiadores brasileiros, evidenciando uma conexão profunda com agendas sociais e de desenvolvimento, como a redução da pobreza, a saúde pública e a segurança alimentar.

**Participação de doadores filantrópicos em diferentes portfólios, brasileiros e internacionais**



# IMPLICAÇÕES E NECESSIDADES FUTURAS

O Panorama do Financiamento  
Climático no Brasil

**Em síntese, este relatório faz um chamado à ampliação dos investimentos climáticos no Brasil, tanto por parte da filantropia internacional quanto da filantropia doméstica.** Acredita-se que esta análise ofereça um retrato das lacunas de financiamento e das oportunidades para novos atores que desejem contribuir com a ação climática no país.

O Brasil oferece algumas das maiores oportunidades para remodelar a curva global de emissões de gases de efeito estufa e, ao mesmo tempo, fortalecer a resiliência climática. Proteger a Amazônia e o Cerrado pode evitar pontos de não retorno ecológicos e manter enormes estoques de carbono intactos; construir uma sociobioeconomia florestal viável pode alinhar os meios de subsistência com as metas de conservação e clima; e proteger o sistema energético altamente renovável do Brasil, ao mesmo tempo em que se descarbonizam os setores de transporte e indústria e as cidades, pode promover crescimento econômico de baixo carbono, evitando a expansão de combustíveis fósseis.

Ao mesmo tempo, o custo de uma transição climática malsucedida no Brasil seria profundo e duradouro. A retomada do desmatamento anularia os avanços recentes e liberaria vastas reservas de carbono; a dependência contínua de combustíveis fósseis desencorajaria futuros investimentos em energia limpa; o aumento do calor urbano, as inundações e a seca intensificariam a vulnerabilidade social; e a perda da biodiversidade e o enfraquecimento dos ecossistemas naturais também ameaçariam a segurança hídrica e alimentar no Brasil e no mundo.



**O Instituto Clima e Sociedade (ICS)** é a única filantropia brasileira com atuação exclusiva no avanço da agenda climática nacional. Criado em 2015, no mesmo ano do Acordo de Paris, o ICS, operando de forma independente, já mobilizou mais de R\$ 725 milhões para fortalecer mais de 480 organizações em todos os biomas brasileiros. Como uma Fundação Climática Regional, o ICS tem o papel de articulador estratégico, assim como de catalisador de mudanças sistêmicas, promovendo o diálogo, a inovação e políticas públicas baseadas em evidências. Dessa forma, o Instituto conecta oportunidades e capacidades, e atua como ponte entre sociedade civil, centros de pesquisa, movimentos sociais e iniciativas privadas, por meio de uma estratégia programática conectada com os grandes desafios do país.

Após quase uma década de trabalho, o ICS atingiu um novo patamar de maturidade e impacto institucional, marcado pelo fortalecimento da governança, da transparência e das políticas de diversidade, além da adoção de novos marcos operacionais e de compliance adequados a uma organização de grande porte. Estruturado em torno de quatro eixos interconectados — **Transição do Uso da Terra, Sistemas Alimentares e Bioeconomia; Transição de Energia, Indústria e Transporte; Política Climática e Arcabouço Institucional;** e **Agentes de Mudança para a Ação Climática** — o ICS combina expertise técnica e engajamento multissetorial para fortalecer a liderança do Brasil na ação climática. O Instituto mantém o compromisso de estimular alianças, inovação e coerência, contribuindo para um modelo de desenvolvimento justo, inclusivo e sustentável.

## Nossas análises e entrevistas com especialistas resultaram nas **seguintes recomendações** para as filantropias atuarem na agenda climática no Brasil:



### **1** Diversificar e fortalecer o ecossistema doméstico de financiamento climático no Brasil.

A forte dependência de um pequeno grupo de doadores internacionais torna o sistema vulnerável. É essencial ampliar e consolidar a base de financiadores nacionais - por meio de incentivos fiscais mais claros, maior transparência e mecanismos de *matchmaking* entre projetos e investidores. O fortalecimento da filantropia doméstica pode garantir fluxos mais estáveis e sustentáveis, especialmente quando canalizados por instituições sediadas no Brasil.

### **2** Ampliar o investimento filantrópico internacional de forma responsável e estratégica:

o Brasil oferece benefícios climáticos globais para a filantropia internacional, mas a efetividade depende do alinhamento com as lideranças locais e das capacidades dos territórios. Os financiadores internacionais devem combinar fundos coletivos (*pooled funds*) com financiamento direto, oferecer apoio flexível e plurianual e construir parcerias baseadas na confiança, que complementem e fortaleçam as capacidades já existentes.

### **3** Reequilibrar os portfólios setoriais para além do uso da terra:

o uso da terra domina as carteiras filantrópicas, enquanto a energia sustentável, os transportes, a economia circular, zonas costeiras e oceânicas e resiliência urbana permanecem subfinanciados; o reequilíbrio deve expandir a capacidade da sociedade civil nessas áreas e apoiar estratégias integradas que conectem mobilidade, energia, saúde e uso da terra.

### **4** Focar na implementação de políticas climáticas e na vinculação com a agenda de crescimento econômico:

a prioridade agora é garantir a execução das políticas que conectem a ambição climática à competitividade, à geração de empregos e à inclusão social. A filantropia pode apoiar a continuidade institucional, a reforma de subsídios e de regulações, além de iniciativas que canalizem capital por meio das plataformas de transformação ecológica do Brasil.

### **5** Expandir o investimento territorial para além da Amazônia:

outros biomas e cidades enfrentam desafios significativos de mitigação e adaptação, mas ainda recebem pouco apoio. É necessário ampliar o financiamento filantrópico geral por meio de estratégias específicas por bioma, fortalecimento de instituições locais (incluindo redes de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais — PIQCTs) e elaboração de planos regionais co-construídos com atores locais.

### **6** Escalar e aprofundar o financiamento para os direitos à terra dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais:

as soluções climáticas baseadas em direitos são eficazes, mas continuam subfinanciadas. É essencial expandir o acesso direto das comunidades a recursos por meio de fundos liderados por PIQCTs, financiar o desenvolvimento e a implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) e viabilizar janelas específicas para organizações comunitárias nos principais mecanismos de financiamento.

### **7** Fechar a lacuna de financiamento para adaptação climática:

A adaptação continua subfinanciada, apesar do aumento dos riscos; é necessário priorizar o fortalecimento da infraestrutura regulatória e de dados nacional, ao mesmo tempo em que se ampliam as capacidades institucionais em nível subnacional, se analisam os riscos climáticos para infraestrutura crítica e se ampliam soluções locais com benefícios duplos por meio de cooperação estratégica.

### **8** Fortalecer o ecossistema de organizações climáticas brasileiras:

A sociedade civil brasileira que atua com a agenda climática é diversificada, mas subfinanciada, e precisa de fortalecimento institucional além do apoio direto a projetos. É preciso aumentar o financiamento institucional e plurianual (*core funding*), capacitar organizações intermediárias (*regantors*) para diversificar portfólios e alcançar regiões menos representadas do país, além de ampliar a parcela dos recursos que flui diretamente para organizações sediadas no Brasil.